

PARECER Nº 008/2025

ASSUNTO: Projeto de Lei que institui o programa de formação continuada para acompanhantes de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculadas na rede municipal de ensino, de autoria do Vereador Samir Dawud.

INTERESSADA: Vereadora Jade Martins

RELATORAS: Regina da Silva Mendes e Simone Hermes dos Santos Almeida

I – RELATÓRIO

O presente Parecer tem como objetivo analisar o Projeto de Lei Ordinária nº 57/2025, que propõe a criação de um programa de formação continuada para acompanhantes de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculadas na rede municipal de ensino de Balneário Camboriú.

A justificativa do projeto está ancorada na necessidade de oferecer formação qualificada aos profissionais que atuam diretamente com crianças autistas no ambiente escolar. O TEA é uma condição do neurodesenvolvimento que demanda práticas pedagógicas especializadas e baseadas em evidências para garantir o desenvolvimento integral dos estudantes. Mas, deve estar muito bem especificado que se trata de um ambiente educacional, evitando que se confunda com a realização de terapia comportamental, o que faz parte da clínica. Ao afirmar que a “Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é uma das abordagens mais reconhecidas e eficazes para o **tratamento** do autismo”(grifo nosso), corremos o risco de desvirtuar a abordagem educacional que os profissionais da educação devem realizar, ainda que alguns profissionais argumentem que a aplicação da ABA no ambiente escolar complementaria a carga horária necessária por ocorrer em todos os espaços frequentados pelo estudante com TEA, é preciso cautela para que não se comprometa o caráter pedagógico da atuação docente.

Recomenda-se que o texto do projeto explicita com clareza que os acompanhantes referidos são os Auxiliares de Apoio Pedagógico em Educação Especial (AAEE), profissionais que já constam na carreira municipal e que prestam suporte direto a estudantes com deficiência, incluindo aqueles com TEA, quando necessidade comprovada por equipe multidisciplinar. Essa definição é fundamental para assegurar a adequada implementação das ações previstas e o correto direcionamento da política pública.

O projeto também prevê a coordenação da formação pela Secretaria Municipal de Educação, em parceria com instituições especializadas como a Casa do Autista e a Associação de Amigos do Autista (AMA) de Balneário Camboriú, garantindo ações semestrais de formação e a avaliação contínua do programa. Vale ressaltar que ações semestrais seriam insuficientes, tamanha a demanda e conhecimento que deve ser trabalhado.

Sugere-se, ainda, que o termo “capacitação” seja substituído por “formação”, a fim de alinhar-se conceitualmente ao caráter continuado e reflexivo que o processo de desenvolvimento profissional requer.

Cabe destacar que, além dos AAEE, é altamente recomendável que o programa de formação continuada inclua também as professoras de Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma vez que estas profissionais são responsáveis pelo acompanhamento pedagógico, planejamento e supervisão do trabalho das auxiliares, faz a orientação aos professores regentes e de área, e também à todos os profissionais da escola. Sua participação ativa nas formações assegura a coerência metodológica e pedagógica no atendimento aos estudantes com TEA, promovendo maior articulação entre a sala de aula comum, a sala de recursos e os demais espaços educativos. Além disso, a maioria dos AAEEs são contratados temporariamente, tendo uma rotatividade muito grande a cada ano, mas os professores de AEE são, na grande maioria efetivos, permanecendo na rede por muitos anos, tornando-se multiplicadores do conhecimento.

II – ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei está em consonância com os princípios da educação inclusiva previstos na Constituição Federal, na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e nas diretrizes do Plano Municipal de Educação. Ao propor a formação continuada dos profissionais que atuam diretamente com estudantes com TEA, a iniciativa fortalece a política de inclusão e assegura melhores condições para a aprendizagem e participação dos estudantes.

A formação proposta, fundamentada em práticas baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA), é respaldada por evidências científicas e visa à promoção de habilidades sociais, comunicativas e cognitivas dos estudantes com TEA.

A gestão do programa pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com instituições especializadas, demonstra o compromisso com a formação qualificada dos profissionais e com o acompanhamento dos resultados.

Além disso, ao incluir também as professoras de AEE na formação, amplia-se o alcance da proposta, garantindo maior qualidade e integração no atendimento aos estudantes com TEA. A

atuação conjunta entre professoras de AEE e AAEE é fundamental para a construção de estratégias pedagógicas eficazes, baseadas nas necessidades individuais de cada estudante.

III – CONCLUSÃO E VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 57/2025 apresenta uma proposta relevante e alinhada com os princípios da educação inclusiva. Recomenda-se a sua aprovação, com as seguintes considerações:

- Substituição do termo “capacitação” por “formação”, para expressar com mais precisão o caráter contínuo e reflexivo da proposta;
 - Inclusão, no texto do projeto, da definição dos acompanhantes como **Auxiliares de Apoio Pedagógico em Educação Especial(AAEE)**;
 - Inclusão das **professoras de Atendimento Educacional Especializado (AEE)** no programa de formação continuada, considerando sua responsabilidade pedagógica e supervisora no processo de escolarização dos estudantes com TEA e na orientação dos auxiliares e demais profissionais que atuam com esse público
- Estas recomendações visam garantir a clareza conceitual, a efetividade das ações formativas e o fortalecimento da rede de apoio aos estudantes com TEA.

IV – DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Municipal de Educação, em reunião realizada no dia 14 de maio de 2025, deliberou pela aprovação, conforme os argumentos apresentados neste parecer.

Professora Dayane Regina Masselai

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Regina da Silva Mendes
Simone Hermes dos Santos Almeida
Reladoras